Art. 5º Além dos instrutores, em casos excepcionais, definidos pela entidade coordenadora do curso e dependendo do tipo de demanda, poderão atuar no Programa "Pará Profissional", coordenadores de curso e pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, com as seguintes atribuições:

I - do instrutor:

- preparar e executar as atividades dos cursos ofertados ao público de interesse do Programa "Pará Profissional";
- adequar o conteúdo programático dos cursos às necessidades específicas do público de interesse;
- incluir os dados de frequência e desempenho dos participantes em sistema específico;
- adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia às necessidades dos participantes dos cursos;
- propiciar espaço de acolhimento e debate nos cursos;
- orientar e acompanhar o aprendizado dos participantes;
- participar de encontros, promovidos pelo coordenador.

II - do coordenador:

- coordenar as ações relativas à oferta de cursos no âmbito do Programa "Pará Profissional", de modo a garantir condições materiais e institucionais para o desenvolvimento dos cursos;
- coordenar e acompanhar as atividades administrativas, necessárias para garantir a infraestrutura operacional e logística adequada para as atividades dos cursos;
- coordenar e acompanhar as atividades acadêmicas dos cursos, exercendo a supervisão das turmas e os controles acadêmicos, bem como promover reuniões e encontros;
- avaliar os relatórios mensais de frequência e desempenho dos profissionais envolvidos na implementação dos cursos;
- solicitar a efetivação dos pagamentos devidos aos profissionais;
- participar dos processos de definição das vagas a serem ofertadas.

III - do pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas:

- auxiliar o coordenador na gestão acadêmica das turmas;
- acompanhar e dar suporte aos instrutores;
- participar dos encontros de coordenação, promovidos pelo coordenador;
- realizar as atividades de secretaria dos cursos ofertados no âmbito do Programa, tais como matrícula dos estudantes e emissão de certificados, dentre outras atividades administrativas determinadas pelo coordenador.

Art. 6º Fica criada a bolsa de incentivo à atividade educacional, destinada a remunerar os instrutores, coordenadores e pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, em conformidade com as cargas horárias dos cursos, nos seguintes valores:

I - instrutor: R\$ 60,00 (sessenta reais) por hora (60 minutos) de aula;

II - coordenador: R\$ 65,00 por hora;

III - apoio às atividades acadêmicas e administrativas: R\$ 20,00 por hora.

§ 1º A SECTET, diretamente ou por meio de instituições conveniadas, fica autorizada a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Programa "Pará Profissional", nos termos deste artigo.

§ 2º A concessão das bolsas de incentivo ficará limitada a um máximo de 20 horas semanais, no caso de instrutor e coordenador e de 40 horas semanais, no caso de pessoal de apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

§ 3º A bolsa auxílio poderá ser concedida a servidor público ativo, desde que não haja prejuízo à carga horária regular do servidor.

§ 4º As atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Programa "Pará Profissional" não caracterizam vínculo empregatício de qualquer natureza com os órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.

Art. 7º A gestão administrativa das escolas profissionalizantes e tecnológicas poderão ficar a cargo de Organização Social - OS e/ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, através de Contrato de Gestão e/ou Termo de Parceria, com observância à Lei Estadual nº 5.980, de 1996, e às Leis Federais nº 8.666, de 1993, nº 9.637, de 1998 e nº 9.790, de 1999 e regulamentações pertinentes, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e da eficiência.

Art. 8º Fica admitida a possibilidade, conforme a necessidade, da contratação direta, pelo Estado, dos entes que compõem o Sistema "S", para a realização de cursos nas modalidades elencadas no art. 3º desta Lei, dispensada a licitação, na forma do que estabelece o art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurados os princípios jurídicos fundamentais, em tudo obedecidas as normas aplicáveis e atendidos os seguintes requisitos:

I - seja justificada a contratação, a necessidade de dispensa, a escolha da instituição e o preço;

II - o estatuto social da instituição demonstre ser instituição brasileira sem fins lucrativos e possuir, dentre suas finalidades sociais, a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento institucional;

III - a entidade contratada tenha capacidade de executar, com sua própria estrutura e de acordo com suas competências, o objeto do contrato;

IV - o objeto do contrato seja claramente relacionado ao ensino, desenvolvimento científico e tecnológico, na real aceção da expressão;

V - estejam os contratos diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedada a subcontratação de outras entidades;

VI - a contratação não seja destinada a atender necessidades permanentes do órgão executor.

Parágrafo único. Para as contratações previstas neste artigo, caso haja necessidade, ficam as instituições ofertantes autorizadas a contratar, no âmbito do Programa, aprovado pelo Estado e com pagamento por meio de bolsa, instrutores que não fazem parte de seus quadros próprios e cuja *expertise* seja adequada e necessária para a correta oferta dos cursos.

Art. 9º Para seu financiamento, o Programa "Pará Profissional" contará com recursos próprios do Estado do Pará e com recursos oriundos de Programas Federais, Municipais e/ou de outros programas e parcerias com iniciativa privada.

Art. 10. Compete ao Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - CONSECTET, regulamentar e definir as diretrizes do Programa "Pará Profissional".

Art. 11. As despesas com a execução das ações do Programa correrão por conta de dotação orçamentária consignada anualmente à SECTET e aos órgãos/entidades do Poder Executivo do Estado cuja competência importe na realização de ações correlatas à educação profissional e tecnológica.

Parágrafo único. A utilização dos recursos do Tesouro do Estado deverá observar o Plano Plurianual e a legislação pertinente.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores das respectivas bolsas de incentivo, de que trata o art. 6º desta Lei, com previsão no Plano Plurianual, observando a capacidade orçamentária e financeira do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de novembro de 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Protocolo 121230

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

tornar sem efeito o Decreto datado de 11 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 33.250, de 14 de novembro de 2016, que nomeou PABLO SOARES MONTEIRO para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

nomear, de acordo com o art. 6º, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, GIANA LENA MATOS SOARES para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Protocolo 121231

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA Nº. 1.413/2016-CCG DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, combinado com o § 2º do art. 1º do Decreto nº. 1513/2016, e

Considerando os termos do Processo nº. 2016/464730,

R E S O L V E:

autorizar IZABELA JATENE DE SOUZA, Secretária Extraordinária de Estado de Integração de Políticas Sociais - SEEIPS, a viajar para São Paulo-SP, nos dias 16 e 17 de novembro de 2016, a fim de participar, a convite da Comunidade, da *Semana Global do Empreendedorismo Brasil* para discutir o futuro das cidades e o papel do empreendedorismo como ferramenta de transformação, e conceder 1 ½ (uma e meia) diária .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº. 1.414/2016-CCG DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 2.168, de 27 de maio de 1997, e

CONSIDERANDO tratar-se de agenda oficial de trabalho, nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº. 1.513, de 30 de março de 2016;

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/466934,

R E S O L V E:

autorizar LARISSA STEINER CHERMONT, Coordenadora de Relações Internacionais, a viajar para Brasília-DF, no período de 21 a 24 de novembro de 2016, a fim de participar do *Seminário de Cooperação Financeira Internacional e de Reunião com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Relações Internacionais*, e conceder, de acordo com o Decreto nº. 734/92, alterado pelo Decreto nº. 3.805/99, 3 ½ (três e meia) diárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº. 1.415/2016-CCG DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/451816,

R E S O L V E:

I. exonerar FABIANO DE SÁ PINTO BARBOSA do cargo em comissão de Chefe de Centro de Saúde, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

II. nomear FRANCISCA MELO DO ROSÁRIO SANTINO para exercer o cargo em comissão de Chefe de Centro de Saúde, código GEP-DAS-011.2, com lotação na Secretaria de Estado de Saúde Pública.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº. 1.416/2016-CCG DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 13, inciso I, da Lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011,

R E S O L V E:

relotar GIANA LENA MATOS SOARES, Assessor Especial I, na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer - SEEL.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 121232